

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM FORMAÇÃO PARA
EDUCADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Paula de Souza

**A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E AS MULHERES
ADOLESCENTES DA EJA**

BELO HORIZONTE

2019

Ana Paula de Souza

*A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E AS MULHERES ADOLESCENTES
DA EJA*

Versão Final do trabalho de conclusão de Curso de Especialização *Lato Sensu* apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof.^a Débora Mariz

BELO HORIZONTE

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

S729p Souza, Ana Paula de, 1977-

A perspectiva dos direitos humanos e as mulheres adolescentes da EJA
[manuscrito] / Ana Paula de Souza. - Belo Horizonte, 2019.

41 f., il.

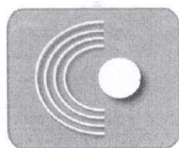
Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientadora: Débora Mariz

CDD- 374

Catálogo na Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG

Catálogo na Fonte*: Biblioteca da FaE/UFMG Bibliotecária † : Moema Brandão da Silva CRB/6-
1581 (Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO OCTINGENTÉSIMO VIGÉSIMO SEXTO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “**A perspectiva dos Direitos Humanos e as mulheres adolescentes da EJA**”, do(a) aluno(a) **Ana Paula e Souza**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Débora Mariz (orientador) e Marinete da Silva Moraes. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADA, atribuindo-lhe a nota 7,3, conceito C. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Ana Paula e Souza

Registro na UFMG: 2018750679

Débora Mariz
Débora Mariz
Professor(a) Orientador(a)

Marinete da Silva Moraes
Marinete da Silva Moraes
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

RESUMO

O trabalho de conclusão da pós-graduação “A Perspectiva dos Direitos Humanos e as Mulheres Adolescentes da EJA” surgiu de um conflito na Escola Municipal Padre Guilherme Peters, no ano de 2018. As alunas adolescentes da EJA começaram a se desentender em sala de aula, culminado inclusive com violência física e verbal, no entorno da escola.

O objetivo deste plano de ação é proporcionar conhecimentos que possam estimular a conscientização das mulheres adolescentes da EJA com relação aos seus direitos, na perspectiva dos direitos humanos e da mulher. A hipótese desse plano é que a conscientização acerca dos direitos poderá promover uma melhor resolução dos conflitos existentes em sala de aula e, em contrapartida, melhorar as relações entre os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Direitos humanos, mulheres, adolescente, EJA.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	06
1.1Objetivos.....	10
1.11 Objetivo Geral.....	10
1.12 Objetivos Específicos.....	10
1.2 Organização.....	10
2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 Direitos Humanos.....	11
2.2 Direito das Mulheres.....	21
2.3 Feminismo.....	24
3- DESENVOLVIMENTO.....	27
3.1 Descrições da Escola Municipal da Vila Fazendinha.....	27
3.2 Perfis das Adolescentes.....	27
3.3 Execução do Plano de Ação.....	28
3.31 Etapa 1: Aplicação e Análise do Questionário.....	29
3.32 Etapa 2: Discussão de textos e escrita utilizando literatura de cordel.....	30
3.333 Etapa 3: Apresentação dos trabalhos na Biblioteca.....	35
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5-REFERÊNCIAS.....	40
6- ANEXO.....	41

1. INTRODUÇÃO

Contar é muito difícil, não pelos anos que já passaram, mais pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança de vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com os outros acho, que nem se misturam (...) têm horas antigas que ficaram muito perto da gente do que outras de recentes datas.

Guimarães Rosa

Minha trajetória escolar inicial foi marcada por muitos altos e baixos. Minhas vagas lembranças desta época, Ensino Fundamental 1º ao 9º ano, se resumem a um cenário de muita força de vontade.

Aos cinco anos, ingressei no antigo pré-primário, alfabetizada, o que facilitou o meu percurso ao longo dos anos. Estudei sempre em escolas públicas: Pandiá Calógeras, Barão do Rio Branco, Estadual Central, escolas de localização centro-sul, que atendiam na época um público que morava em seu entorno.

Nunca tive muitos colegas (lembro-me de duas apenas), sempre vivenciei situações de racismo e exclusão. Mas nem tudo se resumiu à tristeza. Algu me dizia que eu deveria continuar e que colheria bons frutos dessa jornada.

Ao concluir o Ensino Médio, tentei o vestibular para carreiras diversas. Educação não foi a minha primeira opção. Ao participar de algumas atividades para orientação vocacional, percebi claramente, que sempre havia algo que me impulsionava a seguir carreira nessa área: meu primeiro quadro verde e as horas que passava brincando de ser professora, meus presentes de natal ou aniversário que sempre vinham regados de livros, lápis de cor e outros materiais escolares e a vontade de mudar as relações de racismo e exclusão social, que vivenciei por ser negra e de baixa renda.

Em 2003 ingressei na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), na Faculdade de Educação campus Belo Horizonte FAE-Cbh, onde conclui o curso de Pedagogia em 2006.

Iniciei o magistério no ano de 2007, inicialmente na Prefeitura Municipal de Contagem, como professora do 1º ciclo, em dois turnos. Como se tratava de PSS (processo seletivo simplificado) permaneci apenas um ano (o que me garantiu um aprendizado ímpar, tanto no meu primeiro contato com os alunos e famílias, com a direção e coordenação pedagógica, quanto com os colegas de profissão). Em 2008,

ingressei na Prefeitura Municipal de Ibitaré, como Orientadora Educacional e Professora dos anos iniciais.

Em 2010, concluí o curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela FAE/UEMG-MG, *latu senso*, presencial. A busca pelo conhecimento e novas oportunidades de crescimento profissional sempre me impulsionaram. Em 2011, ingressei como Professora da Educação Básica (PEB) na Prefeitura de Belo Horizonte, o que me oportunizou uma gama gigantesca de conhecimento. Participei das várias formações importantíssimas para o meu crescimento profissional, destacando o curso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Sempre trabalhei na PBH como professora dos anos iniciais e com extensão de jornada na EJA, tanto na certificação como na alfabetização.

Em 2016, exonerei da Prefeitura Municipal de Ibitaré e ingressei no Colégio Tiradentes da PMMG- unidade Argentino Madeira, na função de supervisão escolar, função esta onde estou diretamente ligada ao planejamento e suporte aos professores e alunos. Tive a oportunidade de conhecer outro sistema de ensino, principalmente com a implantação do sistema Positivo de Ensino.

Toda minha trajetória escolar serviu também como parâmetro, para que eu viesse a assimilar e resolver os problemas que são gerados no dia a dia das instituições escolares.

Em 08/02/2011 iniciei meus trabalhos com a EJA, na Rede Municipal de Belo Horizonte, na Escola Municipal Padre Guilherme Peters. Foi um início tumultuado, onde nada parecia fazer sentido. Todos aqueles estudantes ali reunidos, cada qual com um grau de escolaridade, com uma experiência de vida, com uma história para contar.

Aos poucos as coisas foram se acertando. No dia a dia, cada aula comentada, cada dúvida tirada, cada oportunidade dada àqueles sujeitos, foram construindo uma relação de confiança e respeito entre professor e estudante onde a troca de saberes seria o ponto chave.

Entretanto, um grupo com tanta diversidade como a EJA, não poderia deixar de ter algumas divergências. Afinal de contas, o perfil dos estudantes contempla adolescentes entre 15 a 24 anos, adultos e idosos, convivendo no mesmo espaço, partilhando opiniões e pontos de vista, que ora divergem e ora convergem entre eles. No meio desse íterim, o papel do professor é encontrar a melhor maneira de reverter à situação a favor do aprendizado.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, que ironiza o aluno, que minimiza que manda que o aluno se ponha em seu lugar, etc. transgrede os princípios fundamentais éticos de nossa existência. (FREIRE, 1996, p.35)

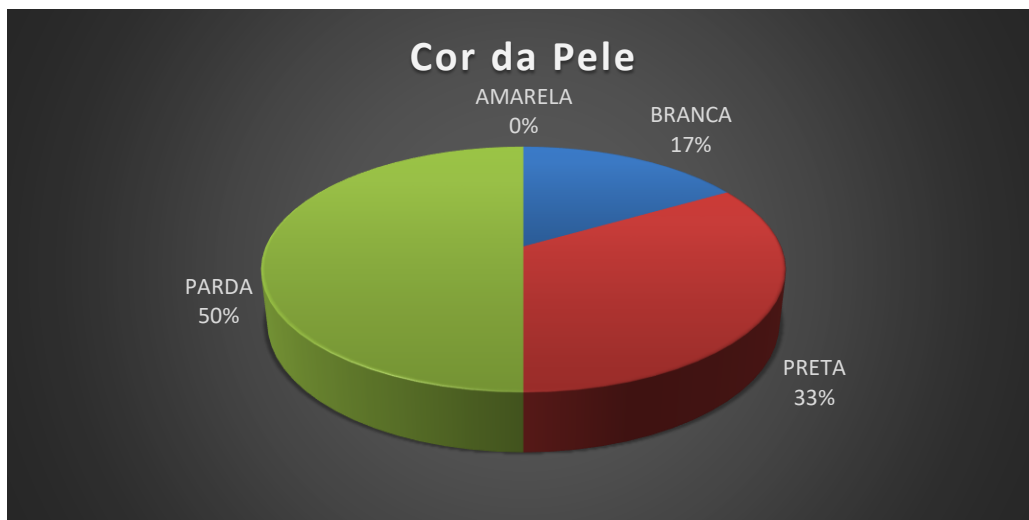
Refletindo sobre o cenário conflituoso da EJA, os adolescentes ganham destaque. Como o público da EJA cada vez mais vem “rejuvenescendo”, os conflitos em sala de aula são uma constante e direcioná-los para uma vertente que responda a todos os seus questionamentos, demanda um olhar do professor para a exclusão, que advém do sujeito.

Para Andrade (2004), a entrada de jovens na EJA é um dos atuais desafios dessa modalidade de ensino, ou seja, as demandas apresentadas por esses sujeitos são diferentes das demandas dos sujeitos adultos.

Valorizar o retorno dos jovens pobres à escolaridade é fundamental para torná-los visíveis, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos terem acesso à escolaridade básica. (ANDRADE, 2004, p. 51)

O público feminino da EJA, com idade compreendida entre 15 e 24 anos, representa hoje, na sala que leciono considerada intermediária, da Escola Municipal Vila Fazendinha cerca de 90% do total de alunos. Muitas dessas estudantes são pretas e pardas, mães, estão desempregadas, vivem com os pais e não possuem uma renda fixa. Esses dados podem facilmente serem constatados através do diário escolar e complementados pelo questionário aplicado (ver análise do questionário).

Muitas delas, inicialmente, questionavam a importância de voltar a estudar, pois apresentavam pouca perspectiva de avançarem nos estudos. Com as crescentes discussões em sala de textos motivacionais, que tiveram início após o dia Internacional das Mulheres, debates sobre as questões sociais, relatos de experiências de ex-alunos que conseguiram o ingresso em universidades públicas, nesse momento foi de suma importância a fala da diretora da EMFV, oriunda da comunidade Vila Fazendinha, as estudantes da EJA começaram a acreditar no seu potencial. Muitas delas já vislumbram a possibilidade de conclusão do ensino médio, curso técnico e, quiçá, faculdade.



Muitas adolescentes não estavam preparadas para assumirem as responsabilidades de ser mãe, na maioria das vezes, sem o apoio dos parceiros. Percebemos que essa ausência paterna dificulta o processo de permanência na escola, visto que muitas vezes as adolescentes têm que vir acompanhadas da criança, por não terem, naquele momento, um adulto para cuidá-las.

Todas essas frustrações e angústias são percebidas nas falas, algumas vezes, agressivas das adolescentes. Principalmente entre si. Em alguns momentos, pela recorrência desses comportamentos em sala de aula, faz-se necessário uma roda de conversa sobre o assunto, que nessa altura, já ganhou o tema central da aula expositiva.

Minimizar esses impactos e promover a melhoria do clima em sala de aula, entendendo o público feminino adolescente e contribuindo para o melhor exercício da liberdade do sujeito é a tentativa que pretendo demonstrar no plano de ação, abordando a temática da perspectiva da conscientização dos direitos humanos e das mulheres, com as adolescentes da EJA.

Como bem nos alertou Paulo Freire: “Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1974, p. 31).

1.1 Objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral:

Proporcionar conhecimentos que possam estimular a conscientização das mulheres adolescentes da EJA com relação aos seus direitos, na perspectiva dos direitos humanos e da mulher.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- apresentar e discutir a dimensão histórica do processo de construção da identidade feminina;
- estimular a discussão sobre direitos humanos e sua garantia;
- estimular uma melhor relação interpessoal entre as/os estudantes em sala de aula;
- favorecer a leitura e a escrita a partir da temática dos direitos humanos, utilizando literatura de cordel.

1.2 Organização

Para o alcance desses objetivos, organizou-se o projeto em 03 etapas:

- Novembro/dezembro de 2018: aplicação do questionário para verificação do perfil das adolescentes e o compilando dos dados.
- Março/abril/maio de 2019: Discussão de textos motivadores relacionados à temática. Escrita dos relatos e vivências das mulheres adolescentes da EJA da E.M.P.V.F através da literatura de cordel, aproveitando a temática da mostra cultural da E.M.V.F (Vila Fazendinha visita o Nordeste).
- Junho de 2019: apresentação dos trabalhos na biblioteca da E.M.P.V.F juntamente com a entrega do kit literário disponibilizado pela PBH.

2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Direitos Humanos

Direitos Humanos são sinônimos de garantia de vida. Quando respeitados e garantidos, colocam todos os seres humanos em pé de igualdade.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948 a mobilização global para a educação em direitos humanos está imbricada num conceito de uma educação para a cultura democrática, na compreensão dos contextos nacional e internacional, nos valores de tolerância, da solidariedade, da justiça social, na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.

Nas crescentes discussões nas aulas da pós graduação LASEB/UFMG, em diversos momentos o tema Direitos Humanos foi abordado. Direitos Humanos são inalienáveis, não podem ser tirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por ninguém.

Direitos Humanos estabelecem um modo de trabalho evolutivo, eles incorporam as demandas dos grupos sociais vulnerabilizados.

Direitos Humanos são indivisíveis em dois sentidos. Em primeiro lugar, não há hierarquia entre diferentes tipos de direitos. Os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são todos igualmente necessários para uma vida digna. Em segundo lugar, alguns direitos não podem ser suprimidos com o objetivo de promover outros. Direitos civis e políticos não podem ser violados para promover direitos econômicos, sociais e culturais. Nem podem os direitos econômicos, sociais e culturais ser suprimidos para promover os direitos civis e políticos.

Direitos Humanos oferecem uma visão crítica da sociedade geral existente. São Universais. Os direitos humanos pertencem a todas as pessoas e todas têm o mesmo estatuto em relação a esses direitos. Falhar no respeito pelo direito humano de um indivíduo tem o mesmo valor que falhar no respeito pelo direito de qualquer outro, ninguém é melhor ou pior dependendo do gênero, raça, etnia, nacionalidade ou qualquer outra característica da pessoa.

Analisando os sujeitos da EJA que são, na sua maioria, sujeitos que tiveram o direito à educação em idade compreendida dos seis aos dezoito anos negado, percebemos

que foram excluídos do processo de escolarização, por motivos diversos: apresentaram dificuldade de aprendizagem, sofreram discriminação de raça, gênero ou religião, tiveram que sustentar suas famílias, apresentaram um alto índice de indisciplina, foram acometidos com alguma patologia ou apresentaram alguma deficiência, são mulheres que engravidaram na adolescência ou sofreram violência doméstica, dentre outros tantos exemplos, extraídos dos próprios estudantes, em rodas de conversa.

Traçando um perfil histórico para entendermos melhor o processo de exclusão dos alunos da EJA, não podemos negar sua origem escravista.

Depois da abolição de 1888, a elite dominante e a força política traçaram várias instruções para normatização e regulamentação do ensino público brasileiro, havia nesse contexto, negros que foram jogados na precariedade da vida social. Surge a Reforma de Benjamin Constant, no Decreto Nacional nº 981/1890 que estabeleceu a introdução da disciplina Moral e Cívica, uma tentativa de estabelecer as fronteiras da convivência entre brancos e negros, ditando regras de convivência.

Originando a linha de pensamento acima, o Decreto 7031 de setembro de 1878, limitava os negros ao ensino noturno, desde que cedidos pelos seus senhores e que tivessem condições físicas de encarar, após uma jornada árdua de trabalho, o ensino noturno.

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública de negros, durante o Império, ocorreram em nível Legislativo à medida que não criaram condições dignas de permanência do negro liberto ou impediram o acesso ao negro escravizado, de frequentar a escola pública, configurando uma negativa de direito. (CRUZ, 2008)

Mesmo a educação dos negros sendo alvo de negação, desde o Brasil Império, a resistência negra é percebida através de relatos de historiadores como esse abaixo-assinado:

Nós do abaixo assinado vendo que os meninos de cor preta pouco ou nenhum adiantamento obtém nas atuais aulas, instamos e pedimos ao Ilustríssimo Senhor Pretextato dos Passos e Silva, a fim de que o mesmo senhor se incumbisse de ensinar nossos filhos contentando-nos com que eles soubessem ler alguma coisa desembaraçado, escrever quanto se pudesse ler, fazer as quatro espécies de conta e alguma coisa de gramática.(SILVA 2000, pág. 119a 120)

Percebe-se a través da resposta dada, um conflito racial, em defesa do funcionamento dessa escola.

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro de Estado, Inspetor Geral da Instrução primária e Secundária da Corte Diz Pretextato dos Passos e Silva, que tendo sido convocado por diferentes pais de famílias para que o suplicante abrisse em sua casa uma pequena escola de instrução primária, admitindo seus filhos da cor preta e parda; visto que em algumas escolas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombreiem com os de cor preta, e bastante se extimulhão; por esta causa os professores repugnam admitir os meninos pretos, e alguns destes que admitem, na aula não são bem acolhidos; e por isso não recebem uma ampla instrução, por estarem coagidos; o que não acontece na aula escola do suplicante, por este ser também preto. Por isso, anuindo o suplicante à estes pedidos, dos diferentes pais e mães dos meninos da dita cor, deliberou abrir em sua casa, na Rua da Alfândega n. 313, a sua a Escola das Primeiras Letras e nela tem aceitado estes ditos meninos, a fim de lhes instruir as matérias que o suplicante sabe, as quais são, Leitura, Doutrina, as quatro principais operações da aritmética e Escrita, pelo método de Ventura [...]. (SILVA,2000, p. 125-126)

Após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, os negros enfrentavam novos desafios frente à sociedade brasileira. Sem emprego, moradia, literalmente a margem da sociedade, encontram-se obrigados a vender o seu trabalho pela garantia de sobrevivência, evidenciando as primeiras desigualdades sociais no acesso e permanência a escola. O novo modelo Republicano configurou uma escola elitista e que não garantia o acesso e permanência dos negros a uma educação de qualidade, criando novos meios de exclusão, como o intelectual.

O direito a educação, atribuído a Constituição Federal de 1988 deixa claro que a educação é fator primordial para ingresso do ser humano na sociedade.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com o surgimento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2003, as discussões acerca dos direitos humanos inerentes a todo cidadão ,ganharam palco principal quando, em seu artigo 2º trata do respeito ao direito e a liberdade, a dignidade humana, a tolerância a diversidade de gênero e religiosidade, a igualdade entre os povos apesar das diferenças entre eles e a promoção da paz.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2018), no Brasil, em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,8%.

Na análise por cor ou raça, em 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda. No grupo etário 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcança 10,3% e, entre as pessoas pretas ou pardas, amplia-se para 27,5%.

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2018, foi 9,3 anos. Entre as mulheres, o número médio de anos de estudo foi de 9,5 anos, enquanto para os homens, 9 anos. Com relação à cor ou raça, registrou-se 10,3 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,4 anos para as de cor preta ou parda.

Em 2018, 831 mil pessoas frequentavam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino fundamental e 833 mil pessoas, o EJA do ensino médio. Dos estudantes do EJA do ensino fundamental, 51,4% eram homens e 73,7%, pessoas de cor preta ou parda. Já na EJA do ensino médio, a maioria era de mulheres (54,9%), mas o percentual de pessoas pretas ou pardas continuou alto, 65,7%. Em termos de idade, 48,5% dos estudantes da EJA tinham até 24 anos e 29% tinham 40 anos ou mais. Na EJA do ensino médio, o grupo mais novo concentrou 52% e o de 25 a 39 anos, 32,3%.

Com base em todos esses dados relacionados e historicamente construídos, é necessário criar uma ação que pretenda, através da atuação docente, garantir o direito à escolarização, garantido como direito, acesso e permanência a uma educação social de qualidade. Uma ação que pretenda contribuir na construção de uma educação igualitária entre gêneros e de reconhecimento à diversidade.

Como professora de EJA há quase uma década, esse tem sido um desafio pleiteado a cada ano escolar. Contribuir para que os estudantes da EJA tenham uma formação qualitativa, que contribua para a percepção do ser histórico e melhore suas relações interpessoais e o modo de ver o mundo, como sujeito de direitos e deveres.

Não que os sujeitos da EJA não se reconheçam como sujeitos de direitos ou deveres, mas é preciso atuar quando percebemos que estes direitos estão sendo negados. E nem sempre a ação é clara o suficiente para percebermos essa negativa.

A EMVF é um espaço que se preocupa com a garantia dos direitos dos educandos da EJA. Todas as ações são discutidas com o grupo dos professores e são adotadas como projetos em todas as cinco turmas da EJA.

Em março, no mês da mulher, realizamos rodas de conversa com a temática, o que culminou com a produção das ARPILLERAS. Discutimos direito das mulheres e violência doméstica.



FIGURA 1: Debate sobre a temática mulher



FIGURA 2: Debate sobre a temática mulher



FIGURAS 3 e 4: Apresentação das Arpilleras

Durante a votação da Reforma da Previdência, foram convidados diversos palestrantes, dentre eles o vereador Gilson Reis do PCdoB para elucidar os diversos pontos de vista que envolvia essa temática. Explicamos aos estudantes da EJA a importância de aderirmos às paralisações que aconteceram durante esse momento.



FIGURA 5: Debate acerca da Reforma da Previdência

Dando continuidade ao mês das mulheres, foram convidados a Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango, para relatar a importância da luta quilombola e tratar a diversidade religiosa, como forma de liberdade de culto e respeito a identidade de um povo.

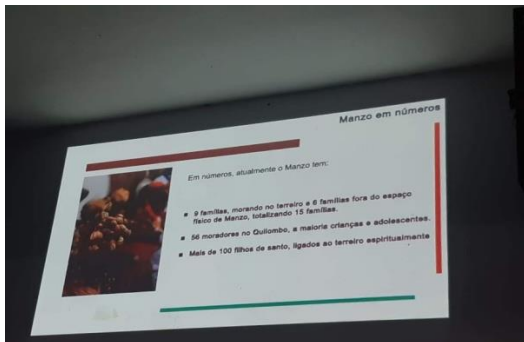


FIGURA 6: Slides sobre o Manzo



FIGURA 7: Slides sobre a lei 11645/08



FIGURA 8: Debate sobre a Comunidade Quilombola Manzo Ngunzo Kaiango

Foram convidados os representantes do Buzão da Comunidade, e o pessoal do Tarifa Zero para levantar as conquistas com relação ao novo itinerário que o Buzão da

Comunidade ¹alcançaria e necessidade da ação da comunidade na melhoria do transporte comunitário público.



FIGURA 10: Debate sobre o Buzão da Comunidade, e o pessoal do Tarifa Zero

Todas as aulas passeio que foram direcionadas para a prática pedagógica foram selecionadas, como o circuito de museus, ida ao observatório da UFMG, Conferência com Miguel Arroyo sobre o tema autoritarismo na educação do país, que aconteceu na FAE/UFMG. Algumas aulas passeio que visavam o entretenimento e relacionamento entre os educandos da EJA, também aconteceram como a noite do Karaokê e a visita à praça da Estação, onde escolhemos a oficina de forró.

¹ Buzão da Comunidade é um transporte público que circula em ruas específicas, com uma tarifa de valor menor que a habitual e atende, principalmente, os moradores de aglomerados e vilas.



FIGURA 11: Aula passeio UFMG Conferência Miguel Arroyo



FIGURA 12: Aula passeio Observatório UFMG



FIGURA 13: Aula passeio Praça da Estação

Os educandos da minha turma produziram uma maquete relembrando a infância, um resgate as memórias e brincadeiras que permearam a vidas desses estudantes e permitiram entender o mundo de regras e direitos.



FIGURA 14: Maquete brinquedos e brincadeira, resgate da identidade

Outro projeto que ocorre desde os meados de março, que surgiu a partir das indagações das alunas da EJA que questionaram a dificuldade que as mesmas tem de momentos de lazer , devido a jornada atribulada, foi a aula passeio no Rio de Janeiro. A culminância do projeto aconteceu no dia 15 de novembro e , para arrecadação do dinheiro , a EMVF propôs diversas ações: macarrão solidário, bazar, tropeiro, ação entre amigos de um bolo e de uma bicicleta. Entendemos que é um direito dos estudantes momentos de lazer e aprendizagem.



FIGURA 15: Ação entre amigos para aula passeio Rio de Janeiro

2.2 Direito das Mulheres

Para entendermos o termo direito das mulheres, faz-se necessário um resgate histórico desses direitos objetivos e subjetivos, tão imprescindíveis para a autonomia das mulheres.

Ao longo do século XX, vários países publicaram decretos para certificar que a mulher tivesse tratamento igualitário, comparado com o homem. O Brasil também incentivou as discussões nesse âmbito, conseguindo muitos avanços nessa área. Dentre os decretos nacionais e internacionais, destacam-se:

- Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher(1948): outorga às mulheres os mesmos direitos civis de que dispõem os homens. Promulgada no Brasil pelo Decreto no. 31.643, de 23 de outubro de 1952.

- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953): determina o direito ao voto em igualdade de condições para mulheres e homens, bem como a elegibilidade das mulheres para todos os organismos públicos em eleição e a possibilidade, para as mulheres, de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas pela legislação nacional. Aprovada pelo Brasil em 20 de novembro de 1955, por meio do Decreto Legislativo no. 123. Sua promulgação ocorreu em 12 de setembro de 1963, pelo decreto no. 52.476.
- Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979): dispunha aos países participantes o compromisso do combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou a assinatura, com algumas reservas, em 1984. Tais reservas foram suspensas em 1994 pelo Decreto Legislativo no. 26. Promulgada por meio do Decreto no. 4.377, de 13 de setembro de 2002. Em 06 de outubro de 1999, foi adotado, em Nova York, o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.¹ O protocolo determina a atuação e define as competências do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher na recepção e análise das comunicações recebidas dos Estados Partes. Foi aprovado pelo Brasil em 06 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo no. 107. Sua promulgação se deu em 30 de julho de 2002, por meio do Decreto no. 4.316.
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994): define como violência contra a mulher “qualquer ato ou conduta baseada nas diferenças de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Aponta, ainda, direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e define os mecanismos interamericanos de proteção. Promulgada por meio do decreto nº 1973, em 1º de agosto de 1996.
- Lei Maria da Penha (Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006): cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência

Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

- Carta às mulheres: é uma carta aberta que o Papa João Paulo II publicou dirigida às mulheres do mundo inteiro, por ocasião da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim, em 29 de junho de 1995.

Quando tratamos do direito da mulher, trazemos à tona o direito à integridade e autonomia dos corpos, direito a votar, ocupar cargos públicos, a trabalhar, a salários justos e igualitários, à educação, a servir na polícia militar, dentre outros.

Um dos maiores entraves na execução desses direitos, diz respeito à discriminação que a mulher está sujeita, como forma de manutenção da submissão.

De acordo com o jurista Fábio Konder Comparato (2005), a discriminação também ocorre com a negação do direito à diferença, que o autor define como "a recusa do reconhecimento e respeito dos dados biológicos e valores culturais, componentes do universo feminino"(cap XVI)

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) são direitos das mulheres:

1. Direito à vida. (A violência contra as mulheres deve ser combatida com todas as forças legais possíveis. Homem que mata mulher, pela condição de ser mulher, deve sentir a força, sem complacência, da Lei).
2. Direito à liberdade e à segurança pessoal. (Cárcere privado é crime. As mulheres são livres para irem e virem. Nenhum homem pode proibir, sob coação, a liberdade de suas esposas, filhas, mães).
3. Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação.
4. Direito à liberdade de pensamento. (A mulher não é obrigada a ficar calada: dar sua opinião, falar o que pensa e questionar é um direito inalienável delas).
5. Direito à informação e à educação. (O acesso ao estudo e à formação das mulheres é um dever de todos).
6. Direito à privacidade.
7. Direito à saúde e à proteção desta.
8. Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família. (A mulher tem o direito de escolher com quem se casar, quando casar e onde morar, além de decidir sobre sua vida conjugal sem a interferência de pastor, padre, bispo, pai-de-santo).

9. Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los.²
10. Direito aos benefícios do progresso científico.
11. Direito à liberdade de reunião e participação política. (As mulheres têm o direito de votarem em quem quiserem e se reunirem onde quiserem, sem nenhuma sombra de intimidação por parte de seus maridos, filhos, pais, governo e religião).
12. Direito a não ser submetida a torturas e maltrato. (Inclusive a maus tratos psicológicos, sociais e qualquer forma de humilhação - diante de amigos, parentes ou filhos)

2.3. Feminismo

Um termo que traduz todo um processo desenvolvido ao longo da História, e que continua a ser trabalhado diariamente, em todos os espaços da vida social. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Para entendê-lo, é preciso confrontar a situação da mulher na sociedade antiga, medieval e moderna, buscar suas raízes enquanto movimento político e desvendar a ideologia que ainda hoje outorga direitos, deveres e comportamentos distintos para homens e mulheres. (MOREIRA E PITANGUY, 1991, p. 07)

O feminismo é um movimento político que colocou à tona discussões importantes sobre o direito das mulheres, muitas vezes subjugados ao direito do homem. Como ponto de partida, considera-se o sexo como político, pois as relações de poder permeiam o hemisfério masculino.

O feminismo vem numa tentativa de derrubar essa barreira onde o predomínio masculino é hierarquizado, dando um novo formato a pirâmide de poder masculina, numa condição horizontal para ambos os sexos.

O livro *O que é o feminismo*, por Moreira Alves e Pitanguy (1981), traz um resumo da condição da mulher desde a Grécia até o Séc. XVII no mundo. Por exemplo, na Grécia a.C. não era permitido que a mulher estudasse, ser '*livre era ser homem e não mulher*', os trabalhos considerados nobres – filosofia, política e artes – eram de função masculina. No entanto, há um único registro, segundo as autoras, de um centro para formação intelectual da mulher. Foi a escola fundada por Safo, "poetisa nascida em

²Ressalta-se que esse é direito problemático, por envolver discussões acerca do aborto, que é proibido por religiões, como a dos cristãos evangélicos. Segundo eles, o método abortivo é considerado pecado, pois contraria o direito à vida."

Londres no ano de 625 a.C. Os fragmentos conhecidos de poemas seus, cantando os deuses e o amor, justificam colocá-la entre os grandes nomes da literatura da Grécia antiga.”

Na Roma antiga o *pater família* será uma instituição jurídica em que garantia voz e direito ao ‘pai da família’ sobre as mulheres, filhos, servos e escravos. No entanto, isso não foi suficiente para limitar o início de uma resistência. Em 195 d.C., as mulheres, no Senado Romano, protestaram o uso do transporte público, que, por sua vez, era regalia masculina, mulheres se locomoviam a pé.

Havia, no entanto, na Gália e Germânia uma maneira tribal de viver em sociedade onde as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens. Na Idade Média, nos primeiros séculos, as mulheres passam a ter algum direito como ter acesso a quase todas as profissões e o direito à propriedade e de sucessão. Isso, pois, na época existia uma discrepância na distribuição da população, devido as guerras e o constante afastamento dos homens, existiam mais mulheres adultas. “*Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extra doméstica esteve sempre ligada ao afastamento do homem por motivo de guerra.*” Mas, apesar de a mulher trabalhar naquela época, não significava igualdade salarial. O que gerava uma competição salarial.

No século XIV, a escritora francesa, Christine de Pisan, torna-se a primeira mulher a ser indicada poeta oficial da corte. “*Pode ser considerada como uma das primeiras feministas, no sentido de ter um discurso conscientemente articulado em defesa do direito da mulher*”. Com sua profissão de escritora, sustentou toda a família. Ela escreveu o livro *A cidade das mulheres, ‘neste texto inventa uma cidade simbólica na qual as mulheres são apreciadas e defendidas’*.

A Idade média também é marcada como o período de ‘caça às bruxas’, com uma base teológica da ‘maldição bíblica de Eva’, onde a mulher/Eva é responsável pela queda do homem e considerada um arauto do mal. Logo, o corpo da mulher é a fonte materializada do mal. Essa caça às bruxas resultou num verdadeiro genocídio com o apoio da igreja medieval Católica e a igreja Protestante.

A mulher que representava a figura da virgem Maria, hoje, entendida como ‘bela, recatada e do lar’, era exaltada. Porém, a inferiorização dos órgãos genitais femininos estava impregnada no discurso ‘científico’.

O Feminismo como Movimento Político, as autoras trazem as ações feministas, a parti do século XVII, que cobravam a participação da mulher na vida pública. O mundo passava por grandes revoluções e as massas participavam delas exigindo liberdade e igualdade. Nos Estado Unidos, Abigail Adams escreve uma carta ao seu marido, líder da Guerra da Independência, em que exigia que as mulheres tivessem voz ativa no novo código de leis.

Há também nesse período o aumento do contingente feminino na mão de obra operária e a discrepância salarial atrelada às condições de trabalho, com jornadas de até 18h diárias eram justificadas pela ideia de que as mulheres não precisavam do trabalho por ter quem as sustentassem. Em contrapartida, feministas defendem que as mulheres precisam se educar para defender seus direitos, nascendo, assim, O curso de direito social para mulheres.

Dessa forma, mulheres trabalhadoras começam a romper o silêncio da exploração, projetam reivindicações, fazem greves e passam a ser violentamente reprimidas. Já no século XIX, nasce o movimento Sufragista que reivindica melhores condições de trabalho, direitos democráticos, mas que não incluía mulheres. O que resultou em mais luta do movimento feminista e na Convenção dos direitos da Mulher e, por fim, o direito ao voto.

Analisado toda a trajetória do movimento feminista, obtivemos muitas conquistas através de lutas e manifestações. Mas ainda temos muito a conquistar. Dados estatísticos no Brasil mostram a crescente violência doméstica contra as mulheres e os crimes de feminicídio estão estampados nos noticiários.

Atualmente a taxa de feminicídios no Brasil é registrada como a 5ª mais alta do mundo, segundo a ONU Mulheres Brasil. Segundo o Mapa de Violência 2015 no Brasil, o número de assassinatos chega a 4,8 para cada 100 mil mulheres. O mesmo Mapa aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por serem mulheres. O Dossiê Feminicídio destaca que no ano de 2010 se registravam 5 espancamentos a cada 2 minutos, em 2013 já se observava 1 feminicídio a cada 90 minutos e, em 2015, o serviço de denúncia ligue 180 registrou 179 relatos de agressão por dia.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Descrições da Escola Municipal da Vila Fazendinha (E.M.V.F.)

Está localizada em Rua Paulo De Souza, 51, Vila Fazendinha. A escola municipal possui 486 alunos (segundo dados do Censo Escolar de 2018) em Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA.

Segundo dados do Censo de 2018, a infraestrutura da escola apresenta: Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água da rede pública; Energia da rede pública; Esgoto da rede pública; Lixo destinado à coleta periódica; Acesso à Internet Banda larga. Quanto aos equipamentos disponíveis, a escola contém: TV; DVD; Copiadora; Impressora; Aparelho de som; Projetor multimídia (Datashow); Fax; Câmera fotográfica/filmadora. A escola possui 11 de 16 salas de aulas utilizadas, 63 funcionários, Sala de diretoria e de professores, Laboratórios de informática e de ciências, Quadra de esportes coberta e descoberta, Cozinha, Biblioteca, Banheiros e dependências adequados aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Refeitório, Despensa, Almoxarifado, Auditório e Pátio coberto.

3.2 Perfis das Adolescentes

Observando as particularidades dos sujeitos da EJA, seu modo de falar e agir, vemos que se expressam com singularidade. Cada sujeito traz sua história de lutas, fracassos, desesperanças e alegrias, envoltos em cenários violentos, exploratórios, alienantes ou desmotivantes.

Miguel Arroyo ,em 1997, analisa situação em que se encontra a educação de Jovens e Adultos no Brasil. Aponta que essa modalidade de ensino vem se consolidando há muito tempo, porém hoje com mais atenção por parte da sociedade e do governo. Arroyo ainda nos faz pensar quem são os alunos de EJA e o que é a EJA, explicitando que essa modalidade de ensino ainda é vista como uma segunda chance para pessoas que tiveram acesso ou evadiram no ensino fundamental, na idade considerada oportuna. Paulo Freire, em Pedagogia do Oprimido já tratava da importância de o sujeito continuar

a busca pelo saber, pois é um ser de questionamento e não pode simplesmente ignorar esses anseios.

“Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si... Estará, aliás, no movimento de seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta de seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (pág. 29)”

Das mulheres adolescentes entre 15 e 24 anos na E.M.V.F., há um número expressivo delas que não possuem trabalho formal. Elas acreditam que ao concluírem a EJA, mesmo na modalidade do Ensino Fundamental II, as portas da empregabilidade estarão abertas.

Essas adolescentes demonstraram muitas expectativas: querem fazer cursos técnicos, tirar carteira de motorista, pretendem alcançar a independência financeira e assim dar uma vida digna para os filhos ou até mesmo adquirir a casa própria.

Mesmo sendo assertivas sobre o projeto de vida, algumas delas têm problemas com o abuso de álcool ou drogas, ou sofrem violência doméstica, o que cria um clima de desesperança, que muitas vezes culmina com a evasão ou a infrequência.

Esse grupo de adolescentes pensa constantemente em desistir ou concluir apenas a EJA na E.M.V.F. Reclamam do “fardo” de serem mães tão novas e que não contam com a ajuda da família ou do parceiro. Querem o primeiro emprego, mas não se sentem confiantes a dar o primeiro passo. Muitas vezes não se reconhecem pretas ou tem preconceito contra a cor da pele, disparando frases racistas e alegando serem “brincadeiras” entre elas.

3.3 Execução do Plano de Ação

A dor do parto é também de quem nasce. Todo parto decreta um pesaroso abandono. Nascer é afastar-se - em lágrimas - do paraíso, é condenar-se a liberdade.

Bartolomeu Campos de Queirós

3.3.1 Etapa 1: Aplicação e Análise do Questionário

O questionário foi o detonador do processo. Quando me propus a levantar o tema direito das mulheres e a trabalhar com o público feminino entre 15 a 24 anos, que compreende cerca de 80 % dos estudantes da minha turma, não imaginaria o quanto essa discussão nos levaria.

Minha turma de EJA é composta por 37 estudantes matriculados, sendo 20 frequentes e os demais com uma frequência bastante peculiar. É considerada uma turma intermediária, pois abarca estudantes que irão se certificar e outros que permanecerão na EJA fundamental.

Com relação aos alunos ausentes, várias estratégias são usadas para que os mesmos retornem à escola, mas pelos motivos mais variados, não conseguem ter uma frequência satisfatória.

Ao aplicar o questionário, pude perceber que as estudantes que preencheram 12 alunas têm idade entre 18 e 24 anos, sendo que somente três tem 15 anos de idade. Uma aluna adulta manifestou o desejo de preencher. Ela contou que sofreu violência sexual quando era criança, pelo irmão adotivo (ela também foi adotada) e por esse motivo não tem muito contato com a família.

Quase todas já têm filhos (80%), em média uma criança, sendo que uma sofreu um aborto espontâneo. Nenhuma é casada no civil, a maioria mora com o pai da criança e outros parentes (mãe, irmãos, pai ou padrasto, avós e tios). Declararam-se pardas e pretas, somente uma aluna declarou –se branca. Perguntei ao grupo que se declarou parda se elas se consideravam no mesmo grupo das pretas e algumas ofereceram resistência. Disseram que pretas são de pele mais escura, com outras características. Inclusive disseram para não usar a palavra preta, pois era muito forte, era um “racismo” e as colegas poderiam se ofender. Três alunas incluíram –se como pretas. A temática foi trabalhada com o filme- Estrelas Além do Tempo”.

Duas alunas trabalham com carteira assinada, as demais buscam o primeiro emprego ou trabalham olhando os sobrinhos (informal). Muitas contaram que fizeram inscrição na Cruz Vermelha ou ASPROM, mas não obtiveram resposta.

Não relataram terem feito cursos para qualificação pessoal, uma aluna estava fazendo um curso de confeitaria pela parceria SESI/SENAI/ PBH, mas desistiu alegando que era muito “chato”.

A maioria mora em casa própria, pois as famílias estão no bairro desde o seu surgimento. As casas foram sendo alteradas, criando os famosos “puxadinhos”. Grande parte delas conclui até o sétimo ano. Uma concluiu até o quinto ano. Disseram que era muito difícil frequentar o ensino regular, ou porque não “aprendiam nada”, ou porque eram muito “difíceis e resistentes com relação às regras da escola”, ou porque faltavam demais para ficarem na rua e porque engravidaram e sentiram vergonha de retornar. Algumas alunas falaram que usavam muito “chá” e não conseguiam permanecer muito tempo dentro de sala ou dormiam em algum momento. A maioria vem a pé para a escola, o que denota ser uma escola que atende aos moradores do bairro Vila Fazendinha.

Demonstraram desejo em concluir o ensino fundamental na modalidade EJA e sentem falta de terem mais amigos na escola. Gostam da praticidade de poderem ajustar seu horário de trabalho a escola e levarem os filhos bebês para a sala de aula.

Pretendem fazer o ensino médio, curso de cabeleireira, cuidadora de idosos e técnica de enfermagem.

Recomendariam a EJA para parentes e amigos, mas acham que as pessoas do convívio não estão muito preocupadas em estudar, ou porque estão muito cansadas ou já tem um serviço de baixa escolaridade, mas com a carteira assinada.

Todos esses tópicos foram trabalhados e discutidos em sala. Em vários momentos citei o exemplo da diretora da escola, que é oriunda da comunidade ou o meu próprio exemplo, filha de doméstica, com 2º ano do E.F, que veio para BH aos 9 anos de idade para trabalhar em casa de família, mãe solteira. Estas rodas de conversa acabam por aproximar muito o professor e os educandos, que percebem no profissional a frente uma pessoa que teve uma origem muito parecida com a deles.

3.3.2 Etapa 2: Discussão de textos e escrita utilizando literatura de cordel

O mês de março foi o mês do gatilho detonador do processo de discussão. Como o dia 8/3 é “comemorado” o dia Internacional da Mulher, foram realizados vários momentos no decorrer do mês.

- 1º momento: discussão sobre a história do surgimento dia 8/3, onde nos Estados Unidos, 4h 40 da tarde do dia 25 de março de 1857; século XIX; 130 operárias foram queimadas numa fábrica têxtil, por lutarem pela garantia dos seus direitos trabalhistas.
- 2º momento: Roda de conversa, após apresentação dos slides referentes à temática.
- 3º momento: escrita das alunas, fazendo um comparativo entre a vida de algumas mulheres que marcaram a história e a sua própria história e principalmente, a influência que tais mulheres exerceram.
- 4º momento: correção dos textos e digitação dos mesmos.
- 5º momento: seleção dos textos e palavras chaves, transformando o texto dissertativo em literário.

No dia 8 de março, os estudantes da EJA foram convidados a participarem de uma roda de conversa no auditório. Todas as cinco turmas puderam participar, pois seria um momento de discussão e aprendizado entre as turmas. Como a EJA conta com um grupo muito diverso, seriam vislumbradas várias opiniões e argumentos.

Iniciei a fala antes de descermos para o auditório, com os 18 alunos presentes da minha turma (sala 12 composta por 26 alunos, maioria mulheres jovens entre 15 a 24 anos). Fizemos a leitura de um texto motivador que detalhava a história de lutas das mulheres, desde o século XIX. Esse momento foi importante, pois aumentou os argumentos dos estudantes criando outros pontos de vista.

Ao iniciar a apresentação dos slides, a todo o momento os discentes puderam opinar. O auditório estava composto de aproximadamente 80 pessoas, sendo a maioria alunos, seguida de professores (5), uma coordenadora e a diretora da escola.

Com um público tão diverso como a EJA, não faltaram argumentos e exemplos e vida, das mais diversas faixas etárias.

Ao retornarmos para a sala, nos dias que se seguiram, as alunas puderam escrever mais sobre a própria história de vida, ou da vida de alguma mulher importante para elas (mães, irmãs, alguma parente ou conhecida).



FIGURA 16: Debate no dia Internacional da Mulher

O plano de ação foi um momento onde muitos sentimentos afloraram em todo o percurso. Muitas vezes a vontade de desistir do projeto permeou as minhas aulas, pelo quão dificultoso era para as mulheres da minha sala e os homens também, que muito contribuíram, a questão da escrita.

Falar de si mesmas ou de outras mulheres que foram significativas na vida dos nossos alunos da EJA, escrever sobre essas mulheres, foi um dos momentos mais difíceis do projeto. E à medida que as escritas foram surgindo, a maioria delas atreladas a figura materna, transformar essas escritas em cordéis, foi um parto. Muitas vezes ouvi frases “cordel é muito chato, é muito difícil! “Ou representar o cordel através das *arpilleras*: “não sei costurar isso não”; “não sei nem como começar”.

A *Arpillera* é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Islã Negra, localizada no litoral central chileno. Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Normalmente o tamanho destas obras era determinado pela dimensão do saco. Uma vez consumido o seu conteúdo, era lavado e cortado em seis partes, possibilitando assim que o mesmo número de

mulheres bordasse a sua própria história, a de sua família e de sua comunidade. A tela de fundo se chama *arpillera*, dando o nome a essa expressão artística popular.

Mas à medida que o trabalho ia ganhando forma, ia ganhando vida, ver a alegria, a satisfação da beleza do projeto, acreditar na capacidade de cada envolvido, realmente foi gratificante.

“Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos” -
Paulo Freire-Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar.



FIGURA 17: Esboço do Projeto Literatura de Cordel

Todo o projeto foi um momento riquíssimo de troca de experiências e aprendizado. A todo o momento via se a vontade de ver o trabalho final pronto. Considerando os entraves que permeiam o público da EJA, como as faltas alternadas, a dificuldade de desenvolver outras atividades que não sejam leitura e escrita no quadro, as falas às vezes duras por parte dos alunos, com relação a opiniões contrárias a ideia machista e egocêntrica de que “é coisa de mulher” ou “se a mulher não fizer quem fará”, as transformações que ocorreram ao longo do processo permitiram um trabalho final muito significativo.



FIGURA 18: Produção das Arpilleras e confraternização do Projeto

O cordel teve um efeito surpreendente nos estudantes. Primeiro porque eles se divertiram com os diversos cordéis que foram lidos e trabalhados em sala. A linguagem leve e próxima a realidade deles, foi alvo de aulas emanadas com participação da maioria dos alunos. Segundo porque os cordelistas eram pessoas populares, o que permitia a qualquer um sê-lo também.

Mas na hora da escrita, aí tudo se limitava a um “eu não sei escrever isso não”, “não quero participar disso não”. Com doses homeopáticas de insistência e autoestima, sempre acreditando na capacidade da turma e significando o projeto, afinal falávamos de direito e direito das mulheres da sala, que eram a maioria e tinham as mais variadas histórias de luta e resistência para estarem ali, estudando a noite e deixando a família ou seu descanso, após uma longa jornada de trabalho, fui conseguindo dar forma ao tão almejado projeto.

Sei que não é o ponto final. Tenho conseguido desenvolver outras atividades com a turma, bastante significativas. Esse foi o principal objetivo alcançado pelo plano de ação. Demonstrar para mim e para os estudantes que é possível alçar voos cada vez mais distantes.

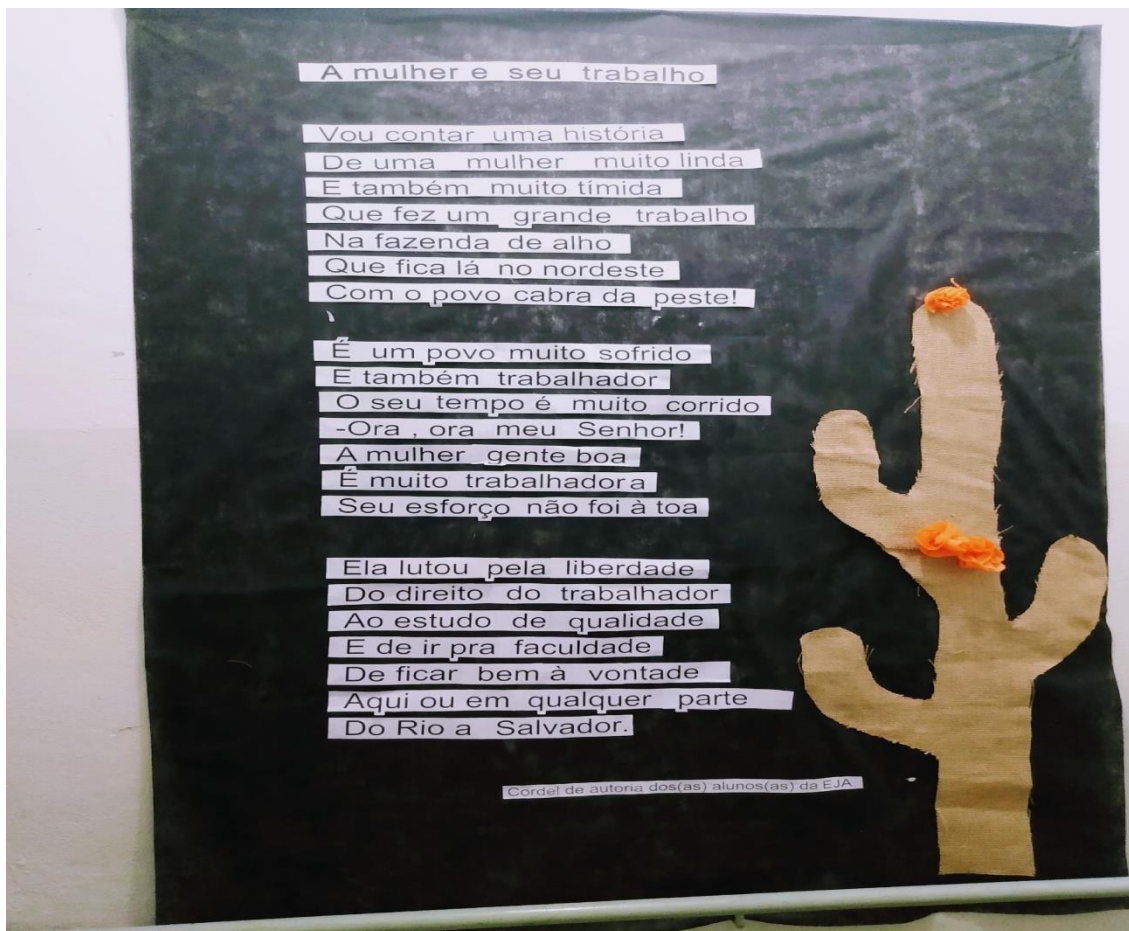


FIGURA 19: Cordel produzido pelas alunas e alunos da EJA

3.3.3 Etapa 3: Apresentação dos trabalhos na biblioteca

Para enriquecermos esse momento, na entrega dos livros de literatura juvenil e adulto, disponibilizados pela prefeitura, na biblioteca da escola, fizemos as discussões do Projeto Arpilleras. Os estudantes falaram das fazes do projeto, das dificuldades que encontraram no processo da escrita, do quanto começaram a repensar e a valorizar a inserção da mulher no processo de formação humana, não somente como a mulher do lar, mas como um sujeito que merece ser e estar, como todos.



FIGURA 20: Entrega dos kits literários e finalização do Projeto Cordel

Foi um momento ímpar, pois os educandos fizeram uma reflexão do estar na EJA. Alguns demonstraram medo de seguir em frente, cursar o ensino médio. Algumas falas como: “será que eu vou dar conta? Será que estou preparado? Dizem que têm muitos professores, é verdade? Será que a escola vai me acolher assim? Poderei levar meu filho como aqui na escola?”

Não respondi a todas as perguntas. Disse que o mais importante é que eles estivessem dispostos a seguir em frente, enfrentar os desafios que aparecerão no caminho, rever sempre a importância de estudar e garantir os saberes necessários as vivências do dia a dia, e principalmente, saber que são sujeitos de direito e devem resistir a qualquer ação que negue esse direito.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (FREIRE, pág. 30)

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de conclusão da pós-graduação “A Perspectiva dos Direitos Humanos e as Mulheres Adolescentes da EJA” surgiu de um conflito na EMPGP, no ano de 2018. As alunas adolescentes da EJA começaram a se desentender em sala de aula, culminado inclusive com violência física e verbal, no entorno da escola.

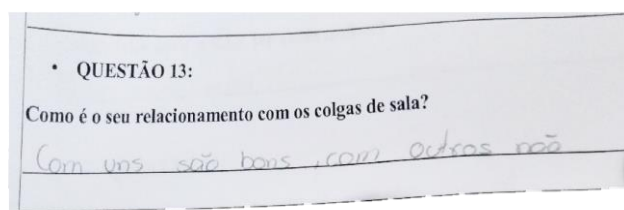


FIGURA 21: Questão 13 do questionário

Entre as discussões acaloradas das estudantes, surgiu então a pergunta:

- Qual o direito você tem de se expressar usando palavras de baixo calão?"

Nesse momento, veio a necessidade de se trabalhar o conceito de Direitos Humanos e caracterizar as mulheres da EJA que estudassem naquela sala de aula, a fim de resgatar a identidade delas.

Várias rodas de conversas e textos que trabalhassem essa temática foram inseridas na sala de aula, com a finalidade de despertar uma consciência acerca da valorização e respeito do outro, principalmente sendo mulher numa sociedade excludente e machista.

No ano de 2019, fui remanejada para a EMVF, pois sou extensão de jornada na EJA e não houve abertura de turma suficiente que garantisse minha permanência na EMPGP.

Dando continuidade no trabalho, mantive a mesma temática, pois encontrei um terreno fértil que permitisse trabalhar com Direitos Humanos e as Mulheres.

Toda essa temática foi trabalhada a partir do Dia Internacional da Mulher, para dar significado ao trabalho. Foi muito bom ouvir tantos relatos de vida e o tira dúvidas de como buscar ajuda no caso de violência doméstica ou assistência para os filhos.

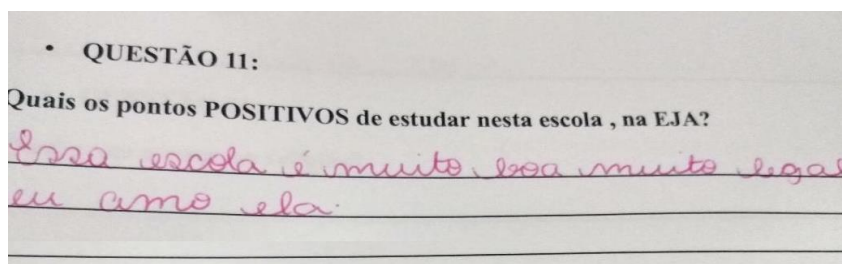


FIGURA 22: Questão 11 do questionário

Como a EMVF é extremamente engajada na educação que viabilize o processo de Educação para a Vida, tornou-se terreno fértil para que as discussões acontecessem no dia a dia da sala de aula, sem parecer um fardo ou algo impossível de alcançar.

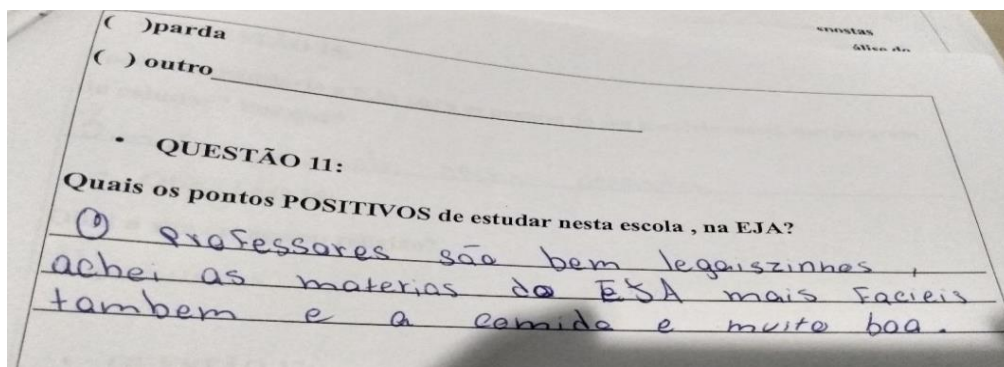


FIGURA 23: Questão 11 do questionário

Trabalhar na EJA é sempre um desafio. Ao conseguirmos elaborar um cordel seguido das Arpilleras que retratasse o valor da mulher na sociedade, foi muito gratificante. Ver o quanto os estudantes se identificaram com o projeto e vislumbraram novas possibilidades foi, no mínimo a realização da perspectiva educacional da EJA. Uma educação que não seja excludente e permita a troca de saberes e experiências.

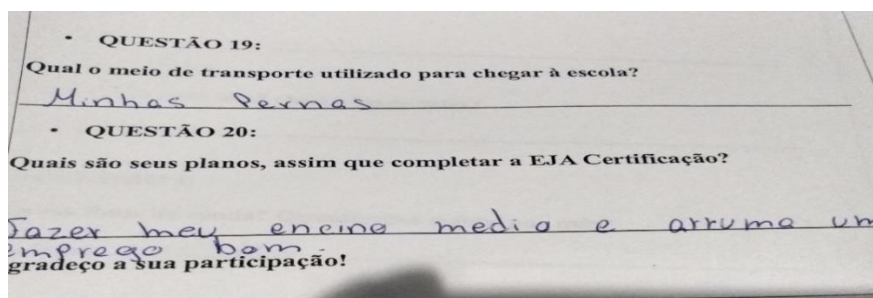


FIGURA 24: Questões 19 e 20 do questionário

do aprendizado e conseqüente diminuição dos conflitos geracionais. Sua participação é muito importante! Lembre-se: você não precisa identificar-se.

• QUESTÃO 1:
Qual a sua idade?
18 anos

• QUESTÃO 2:
Qual o seu estado civil?
Solteira

• QUESTÃO 3:
Quantos filhos você tem? Qual a idade deles?
2 filhos 3 anos de idade

• QUESTÃO 4:

FIGURA 25: Questões 1, 2 e 3 do questionário

Eu só tenho a agradecer a oportunidade de sintetizar esse trabalho. Através da realização do projeto pude me colocar nesse espaço de mulher, professora, que tem uma obrigação com esses estudantes que vai além do processo ensino aprendizagem.

Ela lutou pela liberdade
Do direito do trabalhador
Ao estudo de qualidade
E de ir pra faculdade
De ficar bem à vontade
Aqui ou em qualquer parte
Do Rio a Salvador.

FIGURA 26: Trecho do poema de cordel: A mulher e o seu Trabalho.

Portanto eu sintetizo o meu projeto com as sábias palavras de Cora Coralina (1997)

Eu sou aquela mulher
A quem o tempo muito ensinou
Ensinou a amar a vida
E não desistir da luta
Recomeçar na derrota
Renunciar a palavras
E pensamentos negativos
Acreditar nos valores humanos
E ser otimista

5-REFERÊNCIAS:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ARROYO, Miguel G. da. *Escola coerente à Escola possível*. São Paulo: Loyola, 1997.

CORALINA CORA. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p.145.

DECRETO NO. 31.643, DE 23 DE OUTUBRO DE 1952.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A história da educação dos negros no Brasil* / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). – Niterói: EdUFF, 2016. 442p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água, 1997.


GUIMARÃES ROSA, J. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LEI 11.340 DE 7 DE AGOSTO DE 2006

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>

QUEIRÓS, Bartolomeu. Campos de *Vermelho amargo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

6-ANEXO:

 **LASEB**
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2019.

Prezado(a) Diretor(a),

Solicitamos sua autorização para que o(a) professor(a)/estudante Ana Paula de Souza do curso de Especialização em Formação de Educadores para Básica da Faculdade de Educação/UFMG, área de concentração Educação de jovens e adultos de desenvolva seu projeto de pesquisa nessa instituição, ao longo deste ano.

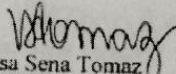
Esclarecemos que este projeto é orientado por docentes qualificados desta Universidade e consiste em um *plano de ação* relacionado às temáticas do curso e às questões de interesse das escolas da rede municipal de ensino.

Trata-se de um compromisso de retorno a essas escolas, conforme objetivos da parceria entre a FaE/UFMG e a Secretaria Municipal de Educação. Além desse propósito, a consolidação deste projeto constituirá o trabalho final de curso, requisito para a certificação nesta Especialização.


Acrescentamos a esta solicitação um encaminhamento aos pais dos alunos envolvidos no projeto, para que possamos contar com sua adesão e autorização de participação dos filhos em atividades e registros.

Agradecemos por sua colaboração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos sobre este curso e os projetos nele desenvolvidos.

Atenciosamente,


Vanessa Sena Tomaz
Coordenadora Geral do Curso

Orientador(a) do trabalho


Marleide Lopes dos Santos - BM 86.705
Diretor de Escola Municipal
Nomeação DOM: 03/10/2018

Faculdade de Educação da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 1669 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - Cep: 31.270-901 - Fone: (31) 3409-6369
Fax: (31) 3409-5311 - laseb@fae.ufmg.br / www.fae.ufmg.br/laseb